



Sociedade e Estado

ISSN: 0102-6992

revistasol@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Dias Martins, Jeová

As regras da metrópole: campo urbanístico e ordem social na Região Metropolitana de São Paulo

Sociedade e Estado, vol. 21, núm. 2, mayo-agosto, 2006, pp. 572-574

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930884014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

---

## **As regras da metrópole: campo urbanístico e ordem social na Região Metropolitana de São Paulo**

Jeová Dias Martins

Curso: Doutorado em Sociologia

Data de defesa: 13 de junho de 2006

Orientador: Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes

## Resumo

O estudo analisa o aparecimento e estruturação de um agrupamento social que reivindica o controle do processo de produção do espaço, com ênfase na dimensão institucional-cognitiva, tendo como base empírica a Região Metropolitana de São Paulo. O principal objetivo é contribuir para a explicação da conduta dessa comunidade humana, bem como avaliar a amplitude e profundidade da influência e condicionamento que ela exerce sobre o dever-ser da metrópole e da ordem social. Desse ponto de vista, são postos em relevo os agentes e instituições produtores de esquemas de percepção e apreciação que dão origem a modelos sociocognitivos de metrópole, princípios geradores de práticas sociais de produção, apropriação e consumo do espaço urbano.

A tese central é que a produção do espaço e da ordem social na metrópole não resulta da cooperação espontânea de indivíduos isolados nem do funcionamento do livre mercado como instituição auto-regulável, mas da competição e cooperação de agentes e instituições especializadas no interior de um espaço social específico, a saber, o campo urbanístico. Argumenta que, como espaço social hierarquizado de agentes e instituições que estabelecem relações objetivas, o campo urbanístico desenvolve autonomia relativa, isto é, cria suas próprias regras de funcionamento e de reprodução, em relação a outros espaços sociais (jurídico, político, científico) e à sociedade em geral. Explicita a dinâmica de constituição de modelos de realidade urbana, e como eles são transpostos para o território como uma coleção de objetos interconectados e comunicantes que dão coerência e sentido à dominação organizada da metrópole.

Conclui que a atividade social de produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo é, de modo crescente, influenciada e condicionada (embora não determinada) pelo que ocorre no campo

urbanístico e suas interações com outros campos de produção material e simbólica. O espaço produzido é resultado de uma luta política e cognitiva que vai do local ao global, conformando uma nova divisão do trabalho de dominação organizada onde “cidade-mercado” e o “direito à cidade” surgem como modelos de realidade urbana em disputa pelo monopólio da definição legítima do dever-ser da metrópole.

*Palavras-chave:* sociologia urbana, urbanização, produção do espaço, ordem social, metrópole, Região Metropolitana de São Paulo, campo urbanístico.

---